

Decisão do Conselho Federal de Medicina ocorre uma semana depois de ministro da Saúde dizer que médicos precisam parar de 'fingir que trabalham'

Por Lígia Formenti

"Não são os médicos que não querem trabalhar. São os médicos que não têm estrutura para exercer a sua profissão. Por isso, estamos indo à Justiça", disse o presidente do CFM, Carlos Vital, pouco antes de ser recebido por Barros. "Não queremos retratação, mas uma solução para a saúde", afirmou Vital.

Ao receber as várias caixas contidas no relatório, Barros se comprometeu a analisar o material. O ministro avisou, no entanto, que a solução dos problemas apresentados pelo grupo estaria nas mãos de Estados e municípios, que têm competência para gerir os serviços.

Barros confirmou sua intenção de universalizar o controle de frequência de médicos nos postos de trabalho a partir da biometria e de estabelecer um padrão de produtividade dos profissionais. Em resposta às críticas feitas pelas associações médicas sobre seu comentário do trabalho dos médicos, Barros disse que sua fala foi tirada do contexto. "Usei uma figura de linguagem", justificou.

Mesmo assim, o ministro reforçou ser uma cobrança justa exigir que o médico cumpra a jornada de trabalho prevista em contrato, algo que, em sua avaliação, é desrespeitado por grande parte dos profissionais pelo País. "São 878 notificações contra gestores dizendo que profissionais não estão cumprindo a jornada."

O ministro argumenta que se os médicos estivessem presentes nas 40 mil unidades de saúde 80% dos problemas na atenção básica poderiam ser resolvidos. "Sem a presença do médico, isso não é possível."

Vital reconhece que nem todos os médicos cumprem a jornada de trabalho. "Mas são exceções que confirmam a regra", disse. Ele, porém, acrescenta haver problemas sérios no cadastro de estabelecimentos, onde são reunidos dados de distribuição das unidades de saúde e de profissionais que ali atuam. "Muitos já estão aposentados, já saíram de seus postos", observou. O levantamento do CFM, porém, não traz dados sobre ausência de profissionais no local de trabalho.

Rio. O presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio, Nelson Nahon, afirmou que a entidade vai ingressar com uma representação no Ministério Público para tentar solucionar a crise na saúde do Estado. "A previsão é de que, dos 600 médicos que atuam nos hospitais, 260 saiam nos próximos meses", afirmou. A situação do SUS do Rio foi um dos destaques do documento preparado pelo CFM e da carta entregue ao Ministério da Saúde. "As pessoas estão morrendo sem atendimento", afirmou o presidente da instituição, Carlos Vital.

Os problemas identificados pelo CFM são inúmeros. "Em 19 unidades para tratamento de câncer, o tempo médio para o início do tratamento é de 10 meses, muito acima dos 60 dias definidos em lei", disse Nahon. Segundo ele, no Hospital de Bonsucesso, apenas 4 oncologistas estariam em atividade. Metade do que havia no passado recente.

No Instituto de Cardiologia de Laranjeiras, também de administração federal, procedimentos foram reduzidos em 30%. Nahon informou ainda que, no Hospital de Andaraí, a enfermaria estaria funcionando com capacidade reduzida. "Serviços estão fechando. A lei não é cumprida, o número de leitos de UTI de adultos é bem menor do que o recomendado", disse o presidente do CRM do Rio.

“Médicos estão angustiados. Eles não aguentam em trabalhar em condições desumanas”, disse Vital. O levantamento do CFM indica uma oferta limitada de leitos de hospitais. “Houve uma redução de vagas para internação entre 2010 e 2015”, disse Vital. De acordo com CFM, nesse período, a redução foi equivalente a de 13 leitos por dia. Em nível nacional, as especialidades mais afetadas foram pediatria, psiquiatria, obstetrícia e cirurgia geral.

Fonte: [O Estado de S. Paulo](#), em 19.07.2017.